

COMPETITIVIDADE: O (DES)CAMINHO DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA

Dinizar Fermiano Becker¹

SINOPSE

O processo de desenvolvimento contemporâneo funda-se, mais do que nunca, no primado do econômico. O acirramento da concorrência internacional tem exigido de empresas e nações reestruturação produtiva e econômica; a empresa retorna à cena como elemento básico da competição. É, nessa condição, é a dinâmica do processo de concorrência intercapitalista que dá os referenciais da competitividade. Isso ocorre porque a competitividade se plasma no âmbito do conjunto das empresas, vale dizer, no mercado como verdadeiro espaço de concorrência intercapitalista. No contexto da concorrência intercapitalista é que os espaços nacionais, regionais, locais transformam-se em alternativas ao processo de valorização do capital financeiro transnacionalizado.

Palavras-chave: competitividade, globalização econômica, transnacionalização.

Vivemos num período de transição, uma transição que alguns rotulam como passagem da sociedade urbano-industrial para a sociedade pós-industrial (Bell), que outros qualificam como a passagem da sociedade capitalista para a sociedade pós-capitalista (Drucker). Terceiros, ainda, identificam essa transição como sendo a passagem do moderno para o pós-moderno (Lyotard) e há quem afirme que está ocorrendo uma transição da ciência moderna para a ciência pós-moderna (Santos).

É uma transição que se revela nas múltiplas dimensões de uma crise decorrente do esgotamento do paradigma dominante e que se preanuncia na emergência de um novo paradigma.

Os sinais emitidos por essa crise transicional, em que “um passado morto não morre, um futuro nascente não consegue nascer” (Morin e Kern, 1995) ou, como propõe Gramsci, “o velho está morrendo e o novo não consegue nascer”, “nos permitem tão-só especular acerca do paradigma que emergirá deste período revolucionário” (Santos, 1988, p. 54). É o que se pretende fazer neste texto:

¹ Doutor em Economia pela Unicamp; coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado - da Unisc; professor da Faceat/Fates e presidente do Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari - Codevat - gestão 95/97.

especular² sobre a emergência de um novo padrão concorrencial cristalizado no termo *competitividade*. Antes, no entanto, pretendemos trazer evidências que possibilitam “afirmar com segurança que colapsarão as distinções básicas em que se assenta o paradigma dominante” (Santos, 1988, p. 54).

Nesse sentido, constata-se que “(...) ao lado do processo de degradação da qualidade de vida do povo brasileiro, acelera-se a modernização fundada nas ilusões de que as economias [...] se ajustarão naturalmente num mundo de taxas flutuantes e de enormes massas de capital que circulam pelo planeta à revelia dos bancos centrais” (Lessa, 1993, p. 10).

Essa *modernização* é adjetivada por Tavares (1993) de *conservadora* e indicada como a principal causa da crise atual. Por esse caminho, da *modernização conservadora*, chega-se à crescente transnacionalização dos espaços econômicos nacionais. Assim, rompem-se devagar e decididamente os limites fronteiriços ao capital financeiro³, o qual passa a ter o mundo, enquanto espaço, para sua valorização. Isso quer dizer que o capital financeiro, em geral, abre espaço para sua valorização mundial.

O livre de *fronteiras* só é possível com o livre para a *valorização sem fronteiras* porque ocorreu o “desenvolvimento descontrolado do sistema financeiro privado internacional” (Tavares, 1993, p. 22). Dessa forma, o sistema financeiro privado livra-se dos controles dos bancos centrais nacionais. A relativa liberdade do sistema financeiro agrava e acentua a instabilidade do sistema global, gerando crises financeiras e desequilíbrios crônicos em muitos dos Estados nacionais. Entre muitos, o Brasil é o exemplo mais próximo. A instabilidade decorre da “excessiva supremacia de capital bancário internacional [e nacional, no caso do Brasil] e sua extrema volatilidade” (Tavares, 1993, p. 41).

Em conseqüência, os Estados nacionais acabam impotentes, não conseguindo executar sua própria política monetária, pressionados pelas

² Este texto, mais do que qualquer outro, é um texto em elaboração. Nas palavras de *Castariadis*, “é um texto se fazendo”, portanto, um texto sujeito a críticas e, mais, um texto à espera de contribuições e sugestões dos seus eventuais leitores.

³ Para o conceito de *capital financeiro*, consultar: HOBSON, John A. *A evolução do capitalismo moderno*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Capítulos XI e X; TEIXEIRA, Natermes Guimarães. *O sistema bancário brasileiro e suas transformações frente à atual crise*. Campinas: IE/Unicamp, 1985; DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Icone/Unicamp, 1985. p. 130 e segs.; TAVARES, Maria da Conceição. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 209 e segs., especialmente p. 234 e segs.; _____. Sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. IN: BELLUZZO, L.G.M., COUTINHO, R. *Desenvolvimento do capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983. v. 2.; _____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1983. Especialmente o capítulo 1.; HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Capítulos VII, XI, XII e XIV. HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993. Capítulos 9, 10, 11 e 16.

gigantescas dimensões dos mercados financeiros privados⁴, cujo caráter financeiro e poder especulativo aniquilam, ou tornam ineficientes, grande parte dos instrumentos da política econômica tradicional (inclusive os da política monetária). São exatamente o caráter financeiro e o poder especulativo que “desempenham um papel decisivo no processo de internacionalização e interdependência dos grandes mercados na economia mundial” (Tavares, Fiori, 1993, p. 41).

Nesse contexto da transnacionalização dos espaços econômicos, os macromercados que se desenham e se concretizam nos cinco continentes são uma mediação temporal, uma fase intermediária entre os mercados nacionais e o mercado mundial. No entanto, e por enquanto, a transnacionalização dos espaços econômicos não passa de uma tendência, já que é parcial.

Embora, enquanto tendência, o processo de transnacionalização seja inquestionável, a internacionalização financeira é uma realidade incontestável; o capital financeiro adquiriu a mobilidade e a fluidez necessárias à metamorfose de sua base real-produtiva, à sua forma de ativos financeiros, cuja valorização, muitas vezes, independe da sua base real. Portanto, rompe com a rigidez das imobilizações físicas e, em conseqüência, supera a territorialização, alcançando, com isso, mobilidade e flexibilidade mundial.

A mundialização dos mercados, entretanto, um dos aspectos da transnacionalização econômica, entendida como “a produção manufatureira para o consumo de massa em escala mundial” (Tavares, Fiori, 1993, p. 47), enfrenta barreiras alfandegárias crescentes, principalmente nos países do Primeiro Mundo⁵.

⁴ Atualizando a tese “últimas estimativas, dos bancos centrais dos países industrializados, dizem que o giro dessa especulação já está na casa de 1,43 trilhão de dólares por dia, só com transações com divisas, mas já está (*Gazeta Mercantil* 19/12/95) na casa dos 40 trilhões de dólares - quando o PIB mundial mal passa de 20 trilhões e o comércio internacional, ao longo de um ano, ainda não chegou a 6,5 trilhões. Um giro de 1,43 trilhão ao dia significa, ao fim de 250 dias úteis de um ano um total de 357 trilhões. É essa a dimensão do problema, que tira o sono dos governantes” (Novaes, 1996).

⁵ Belluzzo tem chamado a atenção para isto: “O velho protecionismo - o das barreiras tarifárias, este, de fato, é um cachorro morto. No entanto - ensina o prof. Robert Gilpin, de Princeton, em seu livro *The political economy of international relations* - os anos 80 foram o tempo da proliferação das barreiras não-tarifárias e de outros instrumentos que deram origem ao Novo Protecionismo. Ele consiste na criação da legislação de direitos de retaliação, definição de cotas de importação voluntárias ou involuntárias - , critérios de inspeção alfandegárias, especificação de normas para concorrência pública, preferência de compras conferida às empresas locais”. E continua Belluzzo dizendo que, além dos subsídios, crédito favorecido, “o novo protecionismo supõe, naturalmente, a expansão dos poderes discricionários do governo para a execução de políticas de fomento e de aumento de competitividade. A importância dessas práticas é muito grande na definição de novos padrões de comércio e de produção. O ‘velho’ protecionismo era brincadeira de crianças diante da agressividade e da intransparência do ‘novo’ ” (*Isto é Senhor*, 20 nov. 1991, p. 30).

O reverso dessa medalha é a *globalização produtiva*, isto é, a produção do mundo, que compreende, além de um sistema mundial de produção integrado via parceria, consórcios e cooperação de produtores, também um “sistema internacional de filiais industriais, comerciais e bancárias” (*ibid.*). O Japão é o maior e mais bem-sucedido exemplo da globalização produtiva.

Outro ponto da transnacionalização que a torna parcial é o fato de as bases produtivas se manterem nacionais e assentadas em estruturas cujas relações estreitas e orgânicas ligam umbilicalmente “burocracia do Estado, os bancos e as grandes empresas industriais” (Tavares, Fiori, 1993, p. 55). É o que Maria da Conceição Tavares conceitua como sendo *capitalismo organizado*, cujos exemplos maiores e mais conhecidos são o Japão e a Alemanha, segundo a mesma autora, entre outros.

Para a valorização produtiva, portanto, continua sendo decisiva a base nacional, mesmo que o capital financeiro tenha se tornado capital do mundo.

Ao mesmo tempo que se assegura a transnacionalização dos espaços econômicos, são crescentes as dificuldades interpostas à reprodução da força de trabalho. Dois exemplos, para não deixar dúvidas das crescentes barreiras à reprodução da força do trabalho: primeiro, o aparato de vigilância ao longo dos milhares de quilômetros da fronteira norte-americana-mexicana⁶ para impedir a imigração dos mexicanos subdesenvolvidos ao mundo desenvolvido; segundo, são os movimentos conservadores de extrema direita na Europa, principalmente o neonazismo na Alemanha, que se voltam contra os estrangeiros residentes e/ou trabalhando nas empresas alemãs - os turcos residentes na Alemanha são o alvo

⁶ O Jornal *Zero Hora* do dia 10/11/1994 traz, na página 48, reportagem reveladora da discriminação atual. Com o título *Califórnia decide punir imigrantes* e com subtítulo “Proposta 187 desperta o protesto do México”, a reportagem informa que : “os eleitores da Califórnia aprovaram ontem a Proposta 187, que restringe o acesso de filhos de imigrantes ilegais às redes públicas de ensino e de saúde. Os números finais: 59% a favor e 41% contra a proposta, apresentada por Ron Price e Barbara Coe, dois dirigentes regionais do Partido Republicano”. A Califórnia ostenta um dos maiores índices de desemprego dos EUA, o que os eleitores atribuem em parte à presença dos trabalhadores ilegais procedentes do México e de outros países latino-americanos. O problema da clandestinidade é uma questão recorrente e que se agrava com o passar do tempo. O mesmo jornal *Zero Hora* do dia 12/05/1996 traz nova matéria sob o título “Aumenta a repressão aos clandestinos” na p. 24. A reportagem diz no seu subtítulo: “O congresso americano aprova medidas que intensificam o combate à entrada de imigrantes ilegais no país”. Diz a mesma reportagem que “continuou a ampliar a cerca de arame farpado de três metros de altura ao longo da fronteira como o México!” A “cortina de ferro”, o “muro de Berlin do velho oeste” aparta o povo rico do povo pobre. ... o Senador Alan Simpsom, republicano de Wyoming e autor do projeto de lei, (aprovado) posou diante de uma ampliação fotográfica de um Green Card falso com sua fotografia e declarou-se satisfeito: “Promoveremos mudanças significativas e abrangentes para acabar com os abusos da imigração ilegal”. O próximo passo lógico será tratar da imigração legal. Só a Califórnia tem como residentes 2 milhões de imigrantes ilegais, esses são os números da perseguição, segundo a mesma matéria. A aldeia global é, assim, antes de qualquer coisa, uma aldeia apartada socialmente.

preferido dos *skinheads*. A essa união dos semelhantes, os diversos *neos* para eliminar os diferentes, é que Luis Fernando Veríssimo, em crônica recente, identificou como *uma forma moderna de tribalização*.

Dessa forma, "... constata-se que dois movimentos contraditórios, enquanto tendências, demarcam os dias atuais: primeiro, a transnacionalização dos espaços econômicos via crescente desterritorialização do capital financeiro. Segundo, a regionalização dos espaços sociais via crescente territorialização da força de trabalho"⁷.

No primeiro caso, a transnacionalização dos espaços econômicos leva os espaços nacionais a se tornarem possibilidades alternativas à valorização do capital financeiro. As nações que assegurarem as melhores condições para a valorização do capital financeiro transformam-se nas bases nacionais ou locais⁸ dos grandes conglomerados mundiais, uma base sempre provisória e temporária, já que o capital financeiro caracteriza-se pela sua volatilidade e mobilidade. Isso implica que, mudando as condições do processo de valorização, aparecendo outra base nacional mais em conta, mais favorável, o capital financeiro migra para essa nova base nacional⁹. Os espaços econômicos nacionais transformam-se, assim, em espaços alternativos à valorização do capital¹⁰.

Já no segundo caso, por causa da regionalização dos espaços sociais pela crescente territorialização da força de trabalho, surgem os guetos, que podem ser locais, regionais e até continentais, como é o caso da África. Mas é principalmente em nível de comunidade, de bairro, de município que a territorialização é mais problemática, já que não se territorializa em nível da União, ou de estado. Os problemas decorrentes do processo rebatem com maior intensidade na instância político-administrativa mais próxima, ou mais acessível.

⁷ Para uma visão histórica e atual dessa problemática, ver: HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993, especialmente o capítulo 14. Nesse capítulo, fica claro "por que o capitalismo reterritorializa sem parar com uma mão, o que estava desterritorializando com a outra" (Deleuze, Guattari apud Harvey, 1993, p. 217).

⁸ É a internacionalização da velha disputa entre os municípios e estados para localizar empreendimentos em seu território. É exemplo atual a disputa pela nova fábrica da GM por 11 estados brasileiros.

⁹ Ver a respeito dessa dinâmica da acumulação: MAZZUCHELLI, F. *Contradição em processo*. São Paulo: Brasiliense, 1985. Especialmente p.96 e segs.; HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993, principalmente a parte II.; TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luis. *Desajuste Global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, capítulo I.

¹⁰ Esta afirmação parece se contradizer com a afirmação referida de que "as bases produtivas mantêm-se nacionais". Na verdade, uma coisa é a *valorização financeira*, outra coisa é a *valorização produtiva*; uma coisa são as fábricas, outra é a especulação financeira; por fim, uma coisa é o capital produtivo, outra bem diferente é a lógica do capital financeiro. É preciso ter sempre presente essa diferença fundamental.

Em conseqüência, de um lado, transnacionalizam-se os espaços econômicos nacionais e, de outro, regionalizam-se, ou melhor, territorializam-se os espaços sociais. Isso quer dizer: potencializa-se a reprodução do capital financeiro¹¹ e, ao mesmo tempo, delimita-se a reprodução da força de trabalho¹², ou, ainda, libera-se o capital e aprisiona-se o trabalhador. No senso comum, esse processo aparece como neoliberalismo e apartação social.

Na verdade, o processo de desenvolvimento contemporâneo atende a uma dinâmica que passa por três esferas diferentes: primeira, uma imposição do processo geral de transformações, conformado pelo processo de globalização econômica (produtiva, financeira, mercado) e que se define no conceito de competitividade, na direção dada pelo processo econômico liderado pelos grandes conglomerados mundializados, que acaba se transformando em objetivo de nações, regiões, organizações e instituições.

Segunda, uma brecha, uma possibilidade que, na verdade, é o outro lado da competitividade e que lhe dá organicidade, ao qual denominamos de *sustentabilidade*: sustentabilidade como reconhecimento das diversidades ambientais e culturais que se transformam em vantagens ou trunfos dos diferentes espaços e escalas geográficas e na sabedoria de como articular a autonomia decorrente da diversidade com a unidade da sociedade nacional e/ou global (Becker, 1993, p. 137); sustentabilidade compreendida como as múltiplas alternativas que cada localida-

¹¹ Nos termos de Harvey (1993), conforma-se a “acumulação flexível”. Este processo demarca o confronto direto com a rigidez do fordismo e “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado *setor serviços*, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a *Terceira Itália*, Flandres, os vários vales e gargantas do silício), para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém industrializados. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de *compressão do espaço-tempo* (...) no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado” (Harvey, 1993, p. 140).

¹² A maior “flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países avançados (...) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’ (em oposição ao ‘funcional’), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais (...) e o retrocesso do poder sindical” (Harvey, 1993, p. 140-1).

de, região ou nação tem, pelas suas diferenças culturais e ambientais, de inserir-se no processo geral, potencializando seus recursos.

Terceira, uma novidade que, na verdade, se transformou numa necessidade do próprio processo de transformações: a flexibilidade. Flexibilidade que se desdobra em participação, parcerias, redes, cadeias, consórcios, alianças, integração, mercados comuns, entre outros; flexibilidade que passou a aproximar grupos, classes, organizações, instituições, regiões e nações para tratar de determinados fins de interesse comum e que se tornou sinônimo de parceria entre diferentes e até, quem imaginaria, parceria entre firmas concorrentes e nações inimigas.

Competitividade, sustentabilidade e flexibilidade conformam três campos distintos e separados, mas complementares, que fundamentam e dão dinâmica ao processo de desenvolvimento contemporâneo.

Assim, em resumo, pode-se afirmar que, por um lado, existe um movimento geral de globalização que se caracteriza pelo primado do econômico, considerando os demais dimensões da vida humana como meio. Nesse processo, a direção está nas mãos dos grandes conglomerados mundiais e é liderado pelos países do Primeiro Mundo, principalmente Japão, Alemanha e EUA. Esse conjunto de países e de conglomerados econômicos dá uma determinada lógica e dinâmica ao processo de valorização do capital, que se objetiva em padrões de competitividade para o mundo, deixando evidente de quem é a hegemonia no processo de desenvolvimento contemporâneo, o que conforma um processo de igualização econômico-organizacional.

Por outro lado, reaparece todo um processo de regionalização sociocultural, que se caracteriza: primeiro, pela defesa dos recursos ambientais (naturais) e culturais e, segundo, pela busca de alternativas para sobreviver ao processo de globalização. Num primeiro momento, as iniciativas se caracterizam pela resistência, pela defesa, conformando estratégias defensivas; num segundo momento, poderá ou não ocorrer, dependendo da experiência e da tradição de cada espaço em ações cooperadas, a adoção de ações ativas e cooperadas que poderão configurar estratégias baseadas nos recursos ambientais (naturais) e culturais de cada espaço (localidade, municipalidade, região, nação, outros). É a contra-hegemonia passiva, negativa, defensiva, ou ativa, positiva, ofensiva, o que dá forma e conteúdo a um processo de diferenciação sociocultural; é o que poderá ou não dar forma e conteúdo a uma inserção diferenciada.

Temos os dois lados da moeda - globalização econômico-organizacional e regionalização sociocultural - e ligando cara e coroa, mediando globalização (igualização) e regionalização (diferenciação), está o processo de flexibilização. É uma espécie de descentralização político-institucional *de todos e em todos* os espaços empresariais, sindicais, organizacionais, institucionais, estatais, locais, regionais, nacionais, que recoloca a possibilidade da alteridade; portanto, admite a existência

de múltiplos sujeitos e, assim, enquanto tendência, abre a possibilidade à participação dos diferentes, à parceria de diferentes, à regulação entre diferentes e à integração dos diferentes¹³.

Por enquanto, esse fenômeno é limitado. Mas, enquanto tendência, não devemos subestimá-lo. Trata-se, na verdade, de pensar a nossa realidade a partir de agora (e, quem sabe, imaginar nosso futuro), por meio do *diferencial* (Goldman, 1994, p. 29).

Em síntese, pode-se dizer que existe uma ação hegemônica (processo de globalização econômico-organizacional, processo de igualização) que abre a possibilidade para a reação, a contra-hegemonia (processo de regionalização sociocultural, processo de diferenciação), as quais necessitam de mediação (processo de descentralização político-institucional, processo de flexibilização).

Nos termos analíticos propostos por *Polanyi* (1980), existe um movimento que prima pelo econômico e que, ao mesmo tempo, configura-se como um contramovimento, que, por excelência, é social, do qual resulta a necessidade de mediação, que, por pressuposto, é política. Em nossos termos, há uma lógica hegemônica, que é a lógica do mercado intercapitalista transnacionalizado, a qual se expressa ideologicamente no termo *competitividade*. Enquanto processo, gera o seu contrário, que acaba se transformando em bandeira da reação, a qual se pronuncia, enquanto movimento, no termo *sustentabilidade*. Dos interstícios desses dois processos, tornando a sustentabilidade funcional à competitividade, emerge a flexibilidade. Façamos agora a discussão da competitividade.

Uma das conseqüências mais visíveis da crise recente do sistema capitalista é o acirramento da concorrência internacional. Dentre as muitas transformações, nas últimas décadas, pode-se destacar a reestruturação econômica de nações e a reestruturação produtiva das empresas, tudo em função da necessidade de racionalizar o uso dos recursos, tendo em vista as melhorias necessárias na competitividade das nações e das empresas.

O pioneirismo desse processo coube aos países desenvolvidos, principalmente Japão e Alemanha. No entanto, coube aos Estados Unidos a iniciativa de estudar mais de perto a competitividade, enquanto processo de construção de vantagens, já que foram os americanos que mais sentiram, num primeiro momento, o acirramento da concorrência intercapitalista transnacionalizada.

A comissão designada pela Presidência americana e liderada pelo professor da Universidade de Harvard, Michael Porter, propôs, em 1985, um primeiro conceito de *competitividade*:

¹³ Recuperar as diferenças significa retomar, repor a criatividade humana no seu sentido mais lúdico de respeito à totalidade do indivíduo enquanto sujeito do processo de desenvolvimento, no sentido que lhe dá *Touraine* (1994, especialmente na terceira parte, p. 211 a 370).

Competitividade para uma nação é o grau pelo qual ela pode, sob condições livres e justas de mercado, produzir bens e serviços que se submetam satisfatoriamente ao teste dos mercados internacionais enquanto, simultaneamente, mantenha e expanda a renda real de seus cidadãos. Competitividade é a base para o nível de vida de uma nação. É também fundamental à expansão das oportunidades de emprego e para a capacidade de uma nação cumprir suas obrigações internacionais (Porter apud Coutinho, Ferraz, 1994, p. 17).

Muitos trabalhos, como os de Porter (1986, 1990, 1993), apontam para a empresa como célula dinâmica na construção da competitividade. Porter deixa claro que “minha teoria parte das indústrias e competidores individuais até chegar à economia como um todo”. “Essa abordagem reconhece que a competitividade internacional de economias nacionais é construída a partir da competitividade das empresas que operam dentro e exportam a partir das suas fronteiras” (Coutinho, Ferraz, 1994, p. 17).

O sucesso competitivo passa, assim, a depender da criação e da renovação das vantagens competitivas por parte das empresas, em um processo em que cada produtor se esforça por obter peculiaridades que o distingam favoravelmente dos demais, como, por exemplo, custo e/ou preço mais baixo, melhor qualidade, menor lead-time, maior habilidade de servir o cliente, etc. (Coutinho, Ferraz, 1994, p. 18).

Nesse enfoque “... é importante enfatizar que o elemento básico de análise é a empresa. A empresa é considerada um espaço de planejamento e organização da produção que se estrutura em torno das diversas áreas de competência” (Ferraz et al., 1996, p. 3). Neste particular,

as visões que associam competitividade a desempenho em termos de market-share ou qualquer outra categoria ex-post (lucratividade, relação preço-custo, etc...) são extremamente malsucedidas em relação a sua capacidade de explicar como a competitividade de uma empresa, setor ou nação evolui no tempo (Kupfer, 1992, p. 14).

Da mesma forma, incorrem em insucesso “os defensores da abordagem da competitividade pelo ângulo da eficiência produtiva” ... (Kupfer, 1992, p. 14).

Coutinho e Ferraz (1994) consideram ambos os enfoques muito restritivos¹⁴, porque “abordam o tema de modo estático, permitindo apenas o exame de como os indicadores se comportam até um determinado momento” (p. 18).

¹⁴ Para aqueles que quiserem aprofundar essa discussão, consultar: Fajnzylber et al. (1993); Kupfer (1991, 1992) e Hagenauer (1989). Nesses textos, pode-se encontrar resenhada boa parte da bibliografia que trata dos conceitos e medidas da competitividade nacional e estrangeira.

Ferraz et al. (1996, cap. 1) avançam um pouco mais na crítica, dizendo que a competitividade revelada pela participação no mercado interno e/ou externo é limitada, pois parte-se do pressuposto de que é a demanda que arbitra a competitividade. Nessa interpretação, a competitividade é uma variável *ex-post*, que sintetiza preços e não-preços (qualidade, fatores subjetivos, como habilidade em servir, diferenciação, etc.).

Segundo os mesmos autores, a competitividade potencial compreendida na capacidade e/ou na eficiência de o produtor compor um *mix* da produção (técnicas, finanças, pessoal) é o que define competitividade. Nesse caso, seria a oferta que arbitraria a competitividade, e, nessa condição, a competitividade seria uma variável *ex-ante*, sintetizada na capacitação produtiva, tecnológica, financeira, gerencial, inovacional da empresa.

Tanto *Coutinho* e *Ferraz* quanto *Ferraz et al.* propõem que “se observados dinamicamente, tanto desempenho quanto eficiência são resultados de capacitações acumuladas e estratégias competitivas adotadas pelas empresas, em função de suas percepções quanto ao processo concorrencial e ao meio ambiente econômico em que estão inseridas.”

Por isso e nessa visão dinâmica, a *competitividade* deve ser entendida como “a capacidade da empresa de formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado” (*Coutinho, Ferraz, 1994, p. 18, Ferraz et al., 1996, p. 3*) (grifos nossos).

A partir de uma perspectiva dinâmica, o desempenho no mercado e a eficiência produtiva decorrem da capacitação acumulada pelas empresas que, por sua vez, reflete as estratégias competitivas adotadas em função de suas percepções quanto ao processo concorrencial e ao meio ambiente econômico onde estão inseridas. Desse modo, ao invés de entendida como uma característica intrínseca de um produto ou de uma firma, a competitividade surge como uma característica extrínseca, relacionada ao padrão de concorrência vigente em cada mercado. Um padrão de concorrência, por sua vez, corresponde ao conjunto de fatores críticos de sucesso em um mercado específico (Ferraz et al., 1996, p. 3).

Dessa forma, é a dinâmica do processo de concorrência intercapitalista de cada mercado que dá o referencial para a avaliação da competitividade. Desempenho e eficiência resultam de capacitação acumulada; e capacitação acumulada pela empresa decorre das estratégias competitivas adotadas por essa mesma empresa, estratégias que são adotadas em função da interpretação que cada agente econômico faz do processo de concorrência, enfim, do ambiente econômico. Em conseqüência, a competitividade não se deve a um produto ou a uma firma; decorre, isso sim, de um determinado padrão de concorrência.

Esse padrão de concorrência, segundo os mesmos autores, varia de setor para setor produtivo, ou seja, varia de mercado para mercado e depende de fatores

específicos que configuram e determinam estruturas de mercado setoriais. São essas “regularidades nas formas dominantes de competição [que] constituem o padrão de concorrência setorial” (Ferraz et al., 1996, p. 6) (grifos nossos).

Cada mercado específico e setorial compreende um subconjunto de preço, qualidade, habilidade em servir, esforço de venda, diferenciação, entre outros, que lhe é próprio. São essas balizas setoriais que servem de parâmetro e condicionam a formulação das estratégias empresariais de cada setor produtivo.

A competitividade é, portanto, função da adequação das estratégias das empresas individuais ao padrão de concorrência vigente no mercado específico. Em cada mercado vigoraria um dado padrão de concorrência definido a partir da interação entre estrutura e condutas dominantes no setor. Seriam competitivas as firmas que a cada instante adotassem estratégias competitivas mais adequadas ao padrão de concorrência setorial (Ferraz et al., 1996, p. 7) (grifos nossos).

Nessa condição, “a competitividade está relacionada ao padrão de concorrência vigente no mercado específico considerado. É o padrão de concorrência, portanto, a variável determinante e a competitividade, a variável determinada ou de resultado” (Ferraz et al., 1996, p. 9) (grifos nossos).

Em não sendo reduzido a indicadores de desempenho ou a indicadores de eficiência, o conceito de *competitividade* ganha complexidade e expressa o real movimento dinâmico do processo de concorrência capitalista. Já que, em sendo o padrão de concorrência o determinante primeiro no processo decisório das estratégias competitivas, a eficiência produtiva e o desempenho da empresa são decorrências das decisões tomadas. Em outras palavras, o padrão de concorrência de cada mercado específico fornece os subsídios, os elementos, as informações, enfim, os parâmetros para que cada empresário de determinado setor formule a sua interpretação da dinâmica daquele mercado. Com base nessa interpretação, adota estratégias que vão alterar a sua capacidade acumulada, a qual, uma vez alterada, influenciará o desempenho da empresa.

Então, o padrão de concorrência fornece as balizas para a adoção das estratégias que atuarão diretamente sobre a capacidade acumulada da empresa, modificando-a. Uma vez modificada a capacidade da empresa, alterar-se-á o desempenho dessa mesma organização empresarial. “Portanto, competitividade é resultado do processo de concorrência capitalista” (Coutinho, Ferraz, 1994, p. 17) (grifos nossos).

Deve-se, no entanto, ter o cuidado e compreender que cada mercado específico, conforme Ferraz et al. (1996) e Coutinho e Ferraz (1994)¹⁵, resulta de um

¹⁵ A discussão dos fatores determinantes da competitividade será feita com base nestas duas obras o capítulo 1 de Ferraz et al. (1996) e a apresentação Coutinho e Ferraz (1994).

número muito grande de variáveis ligadas às formas de concorrência. Nesse contexto, deve-se destacar que a competitividade, em si, resulta de dois processos dinâmicos: um interno a cada empresa, o qual os autores mencionados denominam de *fatores empresariais*. *Fatores empresariais*, segundo Ferraz (1996) são aqueles internos à firma sobre os quais a empresa pode atuar diretamente; enquanto tal, os fatores compõem variáveis do processo decisório da empresa. Esses fatores aparecem no estoque de recursos, na capacidade acumulada e nas competências consolidadas e expressam-se na eficácia da gestão, na capacidade tecnológica e produtiva e, principalmente, na capacitação em recursos humanos.

O processo externo à firma, por sua vez, divide-se em dois campos que os autores denominam de *estruturais/setoriais* e *sistêmicos*. Os fatores *estruturais/setoriais* são aqueles, segundo Ferraz (1996), sobre os quais a capacidade de intervenção da firma é limitada pela mediação do processo de concorrência. A influência da empresa sempre será parcial e dependerá da estrutura de cada mercado e do grau de monopólio de mercado, ou seja, empresas líderes, certamente, influenciam mais do que outras.

Entre os fatores estruturais/setoriais, destacam-se, além da influência de instituições extramercado públicas e não-públicas - que definem os regimes de incentivo e regulação da concorrência - a taxa de crescimento, distribuição da renda, estratificação da renda, sofisticação tecnológica, normatização e normalização de produtos e processos, mercados externos, sistema de comercialização, entre outros. Essas são variáveis típicas de cada mercado específico.

Além desses fatores estruturais/setoriais, os autores destacam outros: a configuração da indústria que se estrutura com base nas tendências do progresso técnico, ciclos de produtos e processos, esforço e regimes de P&D (Pesquisa & Desenvolvimento), oportunidades tecnológicas, introdução de inovações radicais, escalas típicas de operação, níveis de concentração técnica e econômica, grau de verticalização, diversificação setorial, distribuição espacial da produção, adequação da infra-estrutura, integração com a infra-estrutura tecnológica, parceiros fornecedores, cliente, custo do capital, concorrentes, relação capital-trabalho, grau de exposição à concorrência externa, níveis das barreiras tarifárias e não tarifárias, estrutura de incentivos e tributos na produção e comércio exterior e efetiva regulação da concorrência. Esses dois últimos, os autores enquadram no que intitulam "regime de incentivos e regulação da concorrência". Por esse ângulo, os fatores estruturais/setoriais correspondem ao amparo legal, à política fiscal e financeira, à política comercial e ao papel do Estado.

teoria e evidência econômica

Figura 1 - Fatores determinantes de competitividade.

Por último, outros fatores externos à empresa são os *sistêmicos*, que são aqueles sobre os quais a capacidade de intervenção da firma é limitada pela mediação do processo capitalista em geral. A influência da empresa sempre será limitada e dependerá da organização sociopolítico-econômica de cada região e/ou nação. Entre os fatores sistêmicos, destacam-se: os *macroeconômicos* (taxas de câmbio, salário, lucro, juros, impostos, tarifas); os *político-institucionais* (política tributária, política tarifária, apoio fiscal ao risco tecnológico, poder de compra do governo, entre outros); os *legais-regulatórios* (proteção à propriedade industrial, preservação ambiental, defesa da concorrência, proteção ao consumidor, regulação do capital estrangeiro); os *infra-estruturais* (qualidade e custo de energia, transportes, telecomunicações, insumos básicos, serviços tecnológicos); os *sociais* (sistema de qualificação de mão-de-obra, política, educação e formação de recursos

humanos, proteção social e do trabalho); os *internacionais* (tendências do mercado mundial, fluxos de capital, investimentos de risco em tecnologia, organismos multilaterais, acordos internacionais). Um resumo dos fatores determinantes da competitividade aparece na Figura 1.

... de modo geral, os fatores empresariais e sistêmicos têm incidência mais horizontal, isto é, apresentam caráter mais genérico em termos das formas e intensidades com que influenciam a competitividade nos diversos setores industriais. Em contraposição, os fatores estruturais apresentam um nítido caráter setor-específico, refletindo mais diretamente as peculiaridades dos padrões de concorrência presentes em cada ramo produtivo ou em grupos de setores similares (Ferraz et al., 1996, p. 13).

Essa proposição aparece sistematizada na Figura 2.

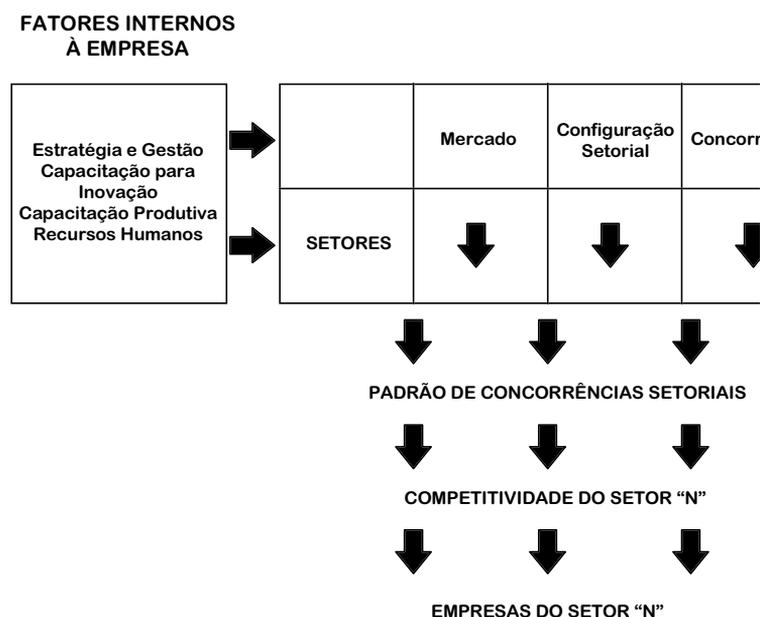


Figura 2 - Fatores determinantes da competitividade.

Fonte: Coutinho e Ferraz (1994, p. 19). Figura modificada, ampliada e adaptada pelo autor.

Por isso, para a análise de um determinado setor produtivo, há de se considerar, em primeiro lugar, o novo modelo de empresa baseado na gestão

competitiva, capacidade inovativa, capacidade produtiva e na capacitação em recursos humanos; em segundo lugar, a competição e colaboração nas cadeias produtivas sintetizadas no mercado, na configuração de indústria e no regime de incentivos e regulação da concorrência; por último, deve-se lembrar sempre da importância das externalidades configuradas nos determinantes macroeconômicos, político-institucionais, legal-regulatórios, infra-estruturais, sociais e internacionais. No entanto, “os limites impostos pela natureza da tecnologia e do mercado, das relações interindustriais e dos condicionantes macroeconômicos, mudam de setor para setor da indústria, expressando o fato de que os padrões de concorrência apresentam especificidades setoriais” (Ferraz et al., 1996, p. 33).

Portanto, estudar qualquer setor produtivo implica identificar e analisar os fatores determinantes da competitividade naquele setor, fatores, enfim, que dão forma e conteúdo ao padrão de concorrência do setor, pois um determinado padrão de concorrência corresponde ao conjunto de fatores críticos de sucesso em um mercado específico. Uma visão geral desses fatores críticos é dada pela Figura 2.

Esses fatores críticos de sucesso não são uma coisa estanque; pelo contrário, são fatores em constante movimento. Portanto, são mutáveis no tempo e ajustam-se às transformações na tecnologia, no ambiente econômico e, principalmente, na organização industrial. Isso ocorre porque “a competitividade se plasma no âmbito do conjunto das empresas, vale dizer, no mercado como verdadeiro espaço de concorrência intercapitalista” (Ferraz et al., 1996, p. 8-9) (grifos nossos).

Essas novas condições de reprodução do capital exigem de setores que queiram se fixar competitivamente alterações na sua estrutura e formas de conduta para que possam se adequar aos padrões de concorrência decorrentes.

No contexto da concorrência intercapitalista é que os espaços nacionais, regionais, locais transformam-se em pontos na rede¹⁶ mundial de valorização do capital. Em outras palavras, transformam-se em alternativas ao processo de valorização do capital financeiro transnacionalizado.

Na condição de alternativa configurada e conformada pelo processo de valorização¹⁷, cabe ao nacional, regional e local configurarem e conformarem

¹⁶ Ver a esse respeito Santos, M. et al. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

¹⁷ Três mecanismos e instrumentos de controle proporcionaram esta nova realidade: primeiro, “o acesso a informações precisas e atualizadas, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados e de construção de cenários, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. A capacidade de resposta instantânea (...) tem hoje um caráter mais crucial para a sobrevivência corporativa do que teve sobre o *fordismo*” (Harvey, 1993, p. 51). Segundo, o “próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas

ambientes econômicos diferenciados, favoráveis e atrativos aos capitais transnacionalizados¹⁸.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*. São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.
- AUMENTA a repressão aos clandestinos. *Zero Hora*. Porto Alegre: RBS Jornal, 12 maio 1996, p. 24.
- BECKER, B. K. A Amazônia pós-ECO-92. In: BURSZTYM, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BECKER, Dinizar F. A economia política do Vale do Taquari. *Estudo & Debate*, Lajeado: Fates, v. 1, n. 1, 1994.
- _____. *Desenvolvimento participante-criativo: uma primeira exploração do tema*. Lajeado: Fates, 1995a. (Texto Discussão, n. 7).
- _____. *Competitividade: um novo paradigma desenvolvimentista*. Lajeado: Fates, 1995b. (Texto Construção, n. 1).
- _____. *Competitividade: um novo padrão de produção e consumo*. Lajeado: Fates, 1995c. (Texto Discussão, n. 11).
- _____. *Competitividade: um novo padrão de produção e consumo mundial*. *Estudo & Debate*, Lajeado: Fates, v. 2, n. 2, 1995d.
- _____. *Competitividade: um novo padrão de desenvolvimento regional*. *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1996.

mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas (...). A produção organizada de conhecimento passou por notável expansão nas últimas décadas, ao mesmo tempo que assumiu cada vez mais um cunho comercial (como provam as incômodas transições de muitos sistemas universitários do mundo capitalista avançado, de guardiães do conhecimento e da sabedoria, para produtores subordinados de conhecimento a saldo do capital corporativo)" (*ibid.*). O terceiro desenvolvimento, que foi muito mais decisivo do que os demais, "foi a completa reorganização do sistema financeiro global e a emergência de poderes imensamente ampliados de coordenação financeira". Mais uma vez, houve o movimento dual: de um lado, para a formação de conglomerados e corretores de extraordinário poder global e, de outro, uma rápida proliferação e descentralização das atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos (*Harvey*, 1993, p. 153).

¹⁸ Como fazem e muito bem feito os governos que seguem à risca o receituário não-liberal, cujos exemplos mais próximos e atuais são os governos FHC e Britto: exemplo típico de uma inserção subordinada de governos que não possuem projeto alternativo. Por esse caminho, tornam-se re-fêns do processo de reprodução do capital transnacionalizado. Nesta concepção de mundo, o humano, a cultura, o natural são vistos como recursos a serem usados, bem como as múltiplas dimensões da vida são vistas como recursos a serviço da reprodução do capital.

- _____. Desenvolvimento contemporâneo: processo de globalização e/ou fragmentação. *Estudo & Debate*, Lajeado: Fates, v. 2, n. 1, 1995e.
- BELL, Daniel. *O Advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- BELLUZO, L. G. M. O Velho Protecionismo. *Isto é Senhor*, São Paulo: Editora Três, n. 1156, p. 30, 20 nov. 1991.
- _____, COUTINHO, R. *Desenvolvimento do capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983. v. 2.
- BUARQUE, C. *A desordem do progresso*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- CANO, W. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. 3. ed. Campinas/São Paulo: Unicamp/Fapesp, 1994.
- COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: Papyrus, 1993.
- CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Icone/Unicamp, 1985.
- DRUCKER, P. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.
- FAJNZYLBER, P. et al. *Sistema de indicadores da competitividade*. Campinas; Rio de Janeiro: IE/Unicamp; IEI/UFRJ, 1993.
- FERRAZ, J. C. et al. *Made in Brazil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- GOLDMANN, Márcio. *Razão e diferença*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- HAGENAUER L.. *Competitividade: conceitos e medidas*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1989.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- HOBSON, John A. *A evolução do capitalismo moderno*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HUTCHINS, G. *ISO 9000*. São Paulo: Makron Books, 1994.
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- KUPFER, D. *Uma abordagem neo-schumpeteriana da competitividade industrial*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1992. (Texto Discussão, n. 299).

- _____. *Padrão de concorrência e competitividade*. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1991. (Texto Discussão, n. 265).
- LESSA, C. Apresentação. In: TAVARES, M. C., FIORI, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1995.
- _____. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: OLIVEIRA, C. A., MATTOSO, J. E. L., SIQUEIRA NETO, J. F., POCHMANN, M., OLIVEIRA, M. A., orgs. *O mundo do trabalho*. São Paulo: Página Aberta, 1994.
- _____, OLIVEIRA, C. E. B., orgs. *Crise e Trabalho no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1996.
- MAZZUCHELLI, F. *Contradição em processo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MORICONI, I. *A provocação pós-moderna: razão histórica e política da teoria hoje*. Rio de Janeiro: Eduerj/Diadorin, 1994.
- MORIN, E., KERN, A. B. *Terra Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.
- NAKANO, Y. Globalização e comércio mundial. *Economia Política*, São Paulo: Nobel, v. 14, n. 4, dez. 1994.
- NOVAES, W. Tirando o sono dos donos do mundo. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 7 maio 1996. Caderno A, p. 3.
- POLANYI, R. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PORTER, M. *Estratégias competitivas*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- _____. *Vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- _____. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- SANTOS, B. S. *Introdução a uma crítica pós-moderna*. Rio de Janeiro: Geral, 1989.
- _____. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v. 2, n. 2, maio/ago., 1988.
- SANTOS, M. et al., org. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SCHUMPETTER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril, 1982. (Os economistas).
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983a.
- _____. Sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, L. G. M., COUTINHO, R. *Desenvolvimento do capitalismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983b. v. 2.

_____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1983c.

_____, FIORI, José Luiz. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA, Natermes Guimarães. *O sistema bancário brasileiro e suas transformações frente à atual crise*. Campinas: IE/Unicamp, 1985.

TORRES Jr., Alvaír Silveira. *Integração e flexibilidade*. São Paulo: Alfa-ômega, 1994.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SYNOPSIS

COMPETITION: THE WAY (BACK) OF THE ECONOMIC GLOBALIZATION

The contemporary development process basis itself, more than never, in the economic area. The international competition intensity has demanded, from the companies and nations, economic and productive restructuring; the company returns to the scene as a basic element of the competition. And, under this condition, it is the dynamics of the intercapitalism competition process that gives the references to the competition. This occurs because the competition shapes itself in the domination of the whole companies, and it is worth saying, in the market as a real space of intercapitalism competition. In the context of the intercapitalism competition, is where the national, regional, local spaces transform themselves in alternatives to the valorization process of the financial transnationalized capital.

Key-words: competition, economic globalization, transnationalization.

SINOPSIS

COMPETITIVIDAD: EL (DES)CAMINO DE LA GLOBALIZACIÓN ECONÓMICA

El proceso de desenvolvimiento contemporáneo se funda, más que nunca, en la primacía de lo económico. La premeditada competencia internacional ha exigido de empresas y naciones reestructuración productiva y económica; la empresa vuelve a escena como elemento básico de la competitividad. Y en esa condición, es la dinámica del proceso de competencia intercapitalista que da los referenciales de la competitividad. Eso ocurre porque la competitividad se plasmó en el ámbito del conjunto de empresas, vale decir, en el mercado como verdadero espacio de competencia intercapitalista. En el contexto de la competencia intercapitalista es que los espacios nacionales ,regionales, locales se transforman en alternativas al proceso de valorización del capital financiero transnacionalizado.

Palabras claves: competitividad, globalización económica, transnacionalización.